

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

TAYANA FREITAS ALBUQUERQUE

O IMPACTO DA INFLAÇÃO NA CESTA BÁSICA BRASILEIRA COM BASE NO
SALÁRIO MÍNIMO

MANAUS

2023

TAYANA FREITAS ALBUQUERQUE

O IMPACTO DA INFLAÇÃO NA CESTA BÁSICA BRASILEIRA COM BASE NO
SALÁRIO MÍNIMO

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Faculdade de Estudos Sociais
da Universidade Federal do Amazonas, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. DIOGO DEL FIORI

MANAUS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A345i Albuquerque, Tayana Freitas
O impacto da inflação na cesta básica brasileira com base no
salário mínimo / Tayana Freitas Albuquerque . 2023
25 f.: 31 cm.

Orientador: Diogo Del Fiori
Coorientador: Lenice Ypiranga Benevides de Araujo Vieira Sa
TCC de Graduação (Ciências Econômicas) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Salário Mínimo. 2. Inflação . 3. ipca. 4. oferta. 5. demanda. I.
Fiori, Diogo Del. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, meu pai, avó e irmã que estão sempre ao meu lado apoiando em todas as situações. Ao meu orientador e a coordenadora da monografia, que me incentivaram a terminar esse trabalho. Aos meus amigos que fiz durante o curso e me ajudaram em todas as etapas do curso. E por fim, agradeço aos professores do curso que dividiram seus conhecimentos com os alunos e nos incentivaram a ser ótimos profissionais.

RESUMO

O presente trabalho analisa o preço do salário mínimo em relação a inflação e seu aumento anual estabelecido pelo governo. Tem – se como base o IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo – que abrange o grupo da população que ganha de um a quarenta salários mínimos. Este trabalho reúne o desenvolvimento anual do índice no ano de 2022 com a pesquisa mensal da DIEESE, que calcula a cesta básica em algumas capitais brasileiras, para demonstrar que o custo da cesta básica brasileira causa impacto no valor do salário mínimo. A pesquisa visa identificar que o valor da cesta básica abrange a maior parte da despesa de uma família que ganhar a partir de um salário mínimo.

Palavras – chave: Salário mínimo. Inflação. IPCA.

ABSTRACT

The present work analyzes the price of the minimum wage in relation to inflation and its annual increase established by the government. It is based on the IPCA - Broad National Consumer Price Index - which covers the population group that earns from one to forty minimum wages. This work brings together the annual development of the index in the year 2022 with DIEESE's monthly survey, which calculates the basic food basket in some Brazilian capitals, to demonstrate that the cost of the Brazilian basic food basket has an impact on the value of the minimum wage. The research aims to identify that the value of the basic basket covers most of the expenses of a family that earns from a minimum wage.

Keywords: Minimum wage. Inflation. IPCA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demanda _____	14
Grafico 2 – Oferta _____	14

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Variação do IPCA e do Salário Mínimo anualmente _____ 20

Tabela 2 – Variação media da cesta básica mais cara e o salário mínimo estipulado _____ 21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. REVISÃO DA LITERATURA	12
1.1. INFLAÇÃO	12
1.1.1 Oferta e Demanda	13
1.2. O salário mínimo no Brasil	14
1.2.1. Salário Real e Nominal	16
1.3. As causas do processo inflacionário no Brasil em 2021 e 2022	16
1.4. Índices	17
1.4.1. IPCA	17
1.4.2. INPC	18
2. METODOLOGIA	19
3. ANÁLISE	20
CONCLUSÃO	22
REFERENCIAS	24

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a degradação do salário mínimo com base na inflação dos alimentos nos anos 2021 e 2022 e como isso afeta a cesta de alimentos do brasileiro. Dado que a inflação é o aumento crescente dos preços de bens e serviços, é necessário frisar que o conjunto de alimentação é fortemente afetado porém com base em parâmetros que fogem do controle de ajuste que o governo procura aplicar. Quando há elevação da inflação políticas fiscais e monetárias são postas em prática visando combater uma aceleração inflacionária que complique o poder de compra da população. Um reajuste mal concebido pelo governo pode afetar a população de renda mais baixa pois pode gerar consequências como desemprego e queda de renda sem que haja redução no valor dos alimentos. Não há como controlar totalmente o preço dos alimentos com base na inflação e seus reajustes, isso se deve ao fato que essa cesta é altamente afetada pelo preço internacional, pelas safras e pelos fatores climáticos, entre outros.

Outros itens que afetam a renda da população são: lazer, saúde, moradia, transporte e educação. Estes já são mais suscetíveis as políticas que mexem com a inflação, podendo reduzir seus preços conforme o governo reajusta suas metas. Porém é sempre percebido que as famílias de renda mais baixas são mais afetadas, tendo em consideração que a cesta de alimentos é a principal para todos, uma política monetária contracionista pode gerar mais desemprego e queda de renda, ocasionando um aumento de insegurança alimentar e nutricional. Na história recente, temos que nos últimos dois anos o Brasil por uma alta instabilidade econômica que atingiu não somente ele mas como todo o mundo, decorrente de uma pandemia que obrigou a todos a ficarem reclusos e explicitando as dificuldades de quem não tem um salário fixo.

No ano de 2020 deu-se início a uma crise global advinda de uma doença altamente contagiosa que fez com que o mundo se retraísse. A doença chamada covid 19 fez com que as crises econômicas já em ascensão foram potencializadas, pois houve um repentino desequilíbrio na oferta e na demanda, o mercado é acostumado com o desajuste porém o causado pela pandemia foi muito forte e elevou a inflação que já vinha crescendo, não somente no Brasil mas no mundo também, as causas foram de demanda, como menos consumo e de oferta como serviços não sendo oferecidos. A recuperação está sendo lenta, em

2021 quando se esperava uma progressiva volta ao normal, houve outra retração e novamente a economia teve que recuar e se recuperar aos poucos. No Brasil duas categorias foram bastante afetadas nesses anos, sendo elas, habitação e alimentação, decorrente de aumentos no setor de energia e combustíveis, afetam progressivamente a renda das famílias, das mais baixas até as que ganham mais.

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo geral analisar o comprometimento salarial do brasileiro para custos de alimentação, comparando a variação de preço dos produtos alimentícios da cesta ‘alimentação e bebidas’ com o salário mínimo vigente no país. Procura – se demonstrar a perda do poder de compra do salário e a defasagem do salário mínimo em relação à inflação com base nas pesquisas do IBGE e Dieese. Procura – se entender se o preço do salário mínimo é justo para que o brasileiro consiga comprar uma cesta básica e ainda conseguir cumprir com suas outras despesas.

No Brasil, o IBGE é o responsável por medir a inflação com base em pesquisa mensal do IPCA e do IPCI que são os parâmetros usados para análise do seguinte trabalho. O instituto divulga dados e relatórios mensais que demonstram a variação porcentual de um conjunto de produtos que servem de base de calculo para medir a inflação. Já a Dieese é um departamento que pesquisa o preço de um conjunto de alimentos predefinidos e tira uma media em valor monetário de quanto é o preço médio da cesta básica na cidade pesquisada. A partir das análises desses dois órgãos pode – se cruzar dados para analisar o valor do salário mínimo atualmente praticado no país e o preço médio de uma cesta básica para uma família, considerando – se dois adultos e duas crianças.

O trabalho a seguir é constituído de referencial teórico dividido em seções: introdução, conceituação de inflação e suas consequências, o salário mínimo no Brasil, as causas do processo inflacionário no Brasil a partir de 2020 até 2022 e IPCA e INPC: algumas aplicações, metodologia, análise de resultados e conclusão. Utilizando uma metodologia quantitativa e qualitativa, é feita uma análise comparativa dos dados baseada na pergunta de investigação base deste trabalho e conclui – se com uma proposta para validar a análise desenvolvida anteriormente.

Este trabalho tem por objetivo geral: analisar o impacto negativo do aumento de preço em relação ao salário mínimo. Por objetivo específico tem –se: observar as variações do IPCA em relação ao salário mínimo ; demonstrar a perda do poder de compra do salário

mínimo; e, mostrar a defasagem do salário mínimo em relação ao valor da cesta básica. A pergunta de investigação é: o preço do salário mínimo é justo para que o brasileiro consiga comprar uma cesta básica? E a hipótese deste trabalho é: o aumento do preço da cesta básica diminui o poder de compra do consumidor que ganha um salário mínimo e que não varia mensalmente.

1. REVISÃO BIBLIOGRAFICA

1.1.INFLAÇÃO

Segundo o site o IBGE, inflação se refere à elevação dos preços de serviços e produtos. O índice de preços ou de inflação é a base do seu calculo. Serve para as alterações na taxa de juros e referencia para as metas de inflação.

Inflação é o aumento generalizado de preços, em outras palavras, é quando o preço de diversos produtos aumenta de modo conjunto, diferente do aumento semanal de um produto por fatores sazonais. Ou seja, é o aumento do nível médio do preço. O processo contrário é a deflação, baixa generalizada e continua de preços.

Rudinei (2007) frisa que o cálculo da inflação é feito por uma media ponderada já que o aumento dos preços não é igual para todos os bens e serviços. Este autor diferencia que se a taxa for constante, a inflação se mantém, mas se há um aumento sistêmico todo mês, há uma aceleração inflacionaria. Se o aumento for pouco, temos uma inflação rastejante ou moderada, se for muito elevada, temos a chamada hiperinflação.

Há a inflação de oferta e a demanda. A primeira é conhecida como inflação puxada por custo: quando os preços de matérias primas básicas crescem, esses reajustes afetam diretamente os custos de quase todas as empresas e são repassados aos consumidores. Já a inflação de demanda é quando há muita procura e pouca oferta de determinado produto. Quem mais sofre com a inflação são os assalariados, pois, sua renda não muda, dado que se o salário não tiver mudança de valor significativo durante um período de tempo esse consumidor perde seu poder de compra.

Quando há aumento de preço um produto, o preço de outro produto pode ser afetado e isso pode gerar um efeito bola de neve, sempre que há variação de preço de um determinado produto ou serviço, pode haver variação em outro produto. De forma geral pode – se dizer que as principais causas do aumento da inflação são o aumento da demanda e o aumento dos custos de produção. Isso se deve ao fato de que quando há expansão monetária, ou seja, saldos monetários aumentam e no curto prazo isso puxa a demanda para cima, e joga a oferta para baixo, com mais poder aquisitivo, valorização da moeda, a população tem por costume consumir mais ou melhorar sua cesta de consumo de bens inferiores e/oi substitutos para bens de luxo e/ou normais.

A inflação é percebida de forma diferente entre os mais ricos e os mais pobres, pois quando a inflação é baixa e controlada a diferença é muito pequena e quase não é sentida, entretanto quanto mais alta a inflação e com mais intensidade mais pobres sentem em relação aos mais ricos. Isso acontece por que a inflação não é uniforme e alguns itens da cesta de produtos e serviços variam mais do que outros e a cesta do IPCA é uma aproximação dessa cesta da maioria das famílias brasileiras, cada família obviamente possui sua própria cesta e dá importância maior para um item do que o outro.

Quem comunica e faz previsão sobre a inflação é o Banco Central, tendo em vista suas responsabilidades institucionais na manutenção do poder de compra da moeda nacional. Entretanto, para dar credibilidade ao dado quem oficialmente faz a pesquisa dos produtos e serviços e calcula os índices mensalmente é o IBGE, que faz um monitoramento nas regiões metropolitanas de: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Fortaleza, Belém, Vitória, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e Brasília.

1.1.1. Oferta e Demanda

O mercado é movido por duas forças: a oferta e a demanda que definem os preços e as quantidades de cada bem e serviço produzido. Segundo Mankiw, o mercado é um grupo de compradores e vendedores de um bem ou serviço, este pode ser mais ou menos organizado, depende do produto. Em mercados organizados, há uma melhor definição dos valores de venda, já em um menos organizado cada vendedor escolhe o que vender e qual o valor.

A quantidade demandada é a quantidade de um bem que os compradores desejam e podem comprar; lei da demanda é inversamente proporcional quando se mantém todo o mais constante, se o preço aumenta a demanda diminui e se o preço cai, a quantidade demandada aumenta.

As variáveis que deslocam individualmente a curva de demanda são: renda, preços de bens relacionados, gostos, expectativas e número de compradores, essas variáveis podem deslocar a curva para direita ou para a esquerda. A única que se move ao longo da curva já existente é o preço.

Oferta é o lado do vendedor no mercado. A quantidade ofertada é o que os vendedores querem e podem oferecer. Na oferta a relação é diretamente proporcional, ou seja, se tudo o mais constante, se a quantidade ofertada de um bem aumenta, seu preço aumenta. “A

quantidade do bem que os compradores desejam e podem comprar é igual a quantidade que os vendedores desejam e podem vender”.

As variáveis que movem a curva de oferta são: o preço que se desloca somente ao longo da curva. Temos também preço dos insumos, tecnologia, expectativas e número de produtores que podem deslocar a curva tanto para esquerda quanto para direita.

Quando há deslocamento de uma das curvas ou de ambos o ponto de equilíbrio muda, pode – se ter um movimento ordenado das duas curvas juntas ou somente o movimento de uma curva.

No gráfico 1 é visto o deslocamento da curva de demanda quando há aumento de renda do consumidor, a curva se desloca para a direita. Pode acontecer de a oferta se mover e as curvas voltarem ao equilíbrio, onde havendo a um aumento de demanda, haveria um aumento de oferta pra cobrir o deslocamento inicial. Nesse caso, é demonstrado somente o deslocamento da curva de demanda quando há aumento de renda. Isto significa que o consumidor está disposto a pagar mais pelo que pretende consumir. Logo, é percebido que para aumento de renda, a demanda será deslocada alterando o preço ou quantidade do produto.

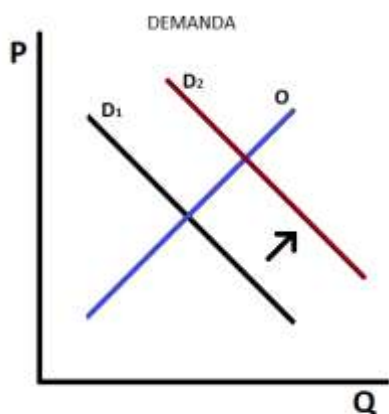


Gráfico 1: Deslocamento da curva de demanda
Fonte: Mankiw (2009)

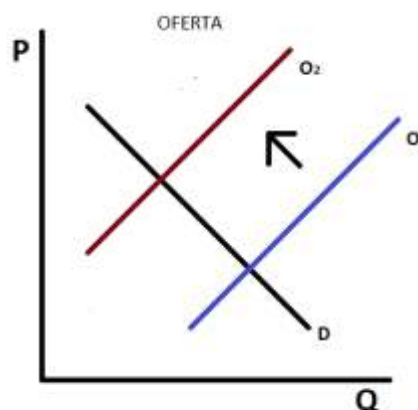


Gráfico 2: Deslocamento da curva de oferta
Fonte: Mankiw (2009)

No gráfico 2 é mostrado deslocamento da oferta quando há aumento no preço da matéria prima ou insumos, ocorrendo assim um movimento para esquerda fazendo que haja redução na oferta de produto e aumento de preço, pode ocorrer escassez caso a demanda continue no ponto inicial. Esse fenômeno não é lucrativo, pois isso caracteriza o processo de

inflação, como afirma Rudinei, que o aumento de preço dos insumos e a desvalorização cambial atinge o preço dos insumos importados, afetando diretamente na quantidade ofertada.

1.2. O salário mínimo no Brasil

Em 1938, no decreto de lei no 399 o então presidente, Getúlio Vargas definiu o que seria o salário mínimo adotado no país. Nos artigos 2, 6 e 7 são dadas as definições de salário mínimo e qual a fórmula que satisfaz os requisitos para a determinação do valor.

“Art. 2º Denomina-se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na "região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.”

“Art. 6º O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que a, b, c, d e e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.”

“O Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil diz o seguinte sobre o salário mínimo:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Além disso, esse valor funciona como um mantenedor do poder de compra da população.

Anualmente o valor do salário é reajustado com base no INPC do ano corrente e no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) do ano seguinte, segundo o ministério da economia. No ano de 2021 o valor foi de 1.100 mil reais e foi aprovado que passar a ser de 1.212 mil reais, corresponde a 10,2% de aumento. É válido ressaltar que profissões que possuem sindicatos podem ter um piso salarial diferente, isto é, o sindicato consegue estabelecer que o mínimo para determinada profissão é x% a mais que o mínimo estipulado nacionalmente.

Giambiagi e Além relembra que em 1994 quando o plano real foi estabelecido, o salário mínimo foi posto em uma relação de igual com o dólar, apesar de a cotação na época não ser totalmente igualitária. Inicialmente o reajuste era feito em maio, atualmente é em janeiro, salvo exceções. Com a percepção de que a inflação corroia o poder de compra, em

1995, foi decidido o aumento pra 100 reais e com base no artigo 201 da constituição, “nenhum benefício... terá valor mensal inferior ao salário mínimo”. Isso significa que a partir desse momento, os beneficiários do INSS recebe como auxilio o mesmo valor estipulado do salário mínimo, com o mesmo reajuste anual que este sofre.

1.2.1. Salário Real E Nominal

O salário real tem uma tendência a diminuir em relação ao salário nominal, quando este não é reajustado conforme a inflação, pois se não há reajuste do salário nominal que um individuo ganha, mas há reajuste nos bens e serviços que ele consome, com o passar do tempo seu poder de compra será reduzido. O aumento do salário nominal não significa necessariamente no aumento do poder de compra ou do bem estar. O salário nominal é a quantia literal que o trabalhador recebe e o salário real é a quantia total utilizada pelo trabalhador, impactada pela inflação.

Por definição do Dieese, que tem como base a constituição de 1988, o salário tem que ser capaz de prover as necessidades vitais básicas tais como, moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. A base familiar considera que uma família é de dois adultos e duas crianças, sendo essas consideradas um adulto, assim o calculo utiliza – se o maior valor pesquisado e multiplica por 3 para obter o gasto alimentar de uma família.

1.3. As causas do processo inflacionário no Brasil em 2021 e 2022.

O jornalista João Pedro Maltar descreve em reportagem para CNN os efeitos de externo que a inflação pode sofrer em 2022 considerando que foi ano eleitoral, juros altos nos Estados Unidos e fatores climático. Analisando a inflação de 2021, que era prevista de 5,25% e o ano fechou com 10,06%, foi constatado o maior aumento dos últimos anos. Buscando informações mais precisas, Joao Maltar traz a opinião do coordenador de índices do Ibre/FGV, Andre Braz, que afirmar que a crise hídrica aumentou o preço da energia e que a elevação de preço do petróleo aumentou os combustíveis. Essas duas fontes de energia afetam diretamente os outros setores, elevando o preço da indústria e serviços.

É lembrado que o ano de 2021 teve muitas pressões inflacionarias como a alta do dólar e conseqüentemente o aumento do preço das commodities, da crise do setor energético

interno e ainda puxada pela deficiência de abastecimento de insumos que a pandemia do ano anterior causa.

A alta de preços afetou diretamente o setor de alimentos, segundo a professora Juliana Inhasz do INSPER, pois o aumento da energia e do combustível foi somado as crises climáticas que geraram quebra de safras.

Para 2022, era esperada uma inflação em torno de 5%, com variações das empresas de investimento, porem o consenso era que ainda seria um ano difícil e com preços altos. Sergio Vale resalta um cenário preocupante, dizendo que o banco central estava trabalhando sozinho, sem ajuda de políticas fiscais do governo, que poderia haver um crescimento pequeno com uma desaceleração da inflação.

No artigo ‘A pressão da Inflação da pandemia sobre as famílias mais pobres’ da FGV, é discutido como as pressões inflacionarias ficaram concentrados, a partir de 2020, no setor de alimentos e habitação, e como essas despesas afetam diretamente o orçamento das famílias de baixa renda, a partir de um salário mínimo. É notado que os 10 itens que mais influenciaram na alta do inflação no 2020 são do grupo de alimentos ou habitação e impactam diretamente na renda de quem ganha um salário mínimo e meio, a contra ponto, quem ganha a partir de onze salários mínimos e meio, teve influencia de somente metade, cinco, itens. Ainda há ressalvas de que as medidas de emergência do governo para o combate a COVID – 19 afetaram e ate beneficiaram as famílias com maior renda.

Segundo o artigo, no ano de 2021 o processo inflacionário foi mais ‘democrático’ pois conseguiu afetar uma maior parte das famílias com orçamento intermediário, a chamada classe media. Enquanto a classe baixa e media sentiu a inflação nos setores de habitação e alimentação juntamente com o de transportes, os ricos foram afetados no setor de transportes por conta do preço do combustível, do automóvel novo e de passagens aéreas.

Em 2022 a pressão inflacionaria ganhou novos ares, pois implodiu uma guerra geopolítica entre Rússia e Ucrânia que afeta todos os níveis de renda. Commodities agrícolas e minerais estão entre as principais matérias que sofrem pressão, alem da tarifa de eletricidade e o petróleo que impacta outros diversos setores. Para 2023, o crescimento sustentado não será viável, a previsão é de que a inflação atinja todas as classes sociais.

1.4. Índices

1.4.1. IPCA

Dentre os variados índices de preço, o índice mais utilizado de medir a inflação é através do IPCA ele monitora a variação dos preços de diversos produtos e serviços em diferentes categorias e a soma dessas variações é que determina a inflação. As categorias analisadas são: transporte, alimentação e bebidas, habitação, saúde, cuidados pessoais, despesas pessoais, comunicação, educação e vestuário. IPCA significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Este índice serve para apontar a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

1.4.2. INPC

A outra forma é o INPC que mede as variações de preços da população assalariada com mais baixo rendimento. A população-objetivo do INPC é referente a famílias residentes nas áreas urbanas das regiões de abrangência do SNIPC, com rendimentos de 1 (um) a 5 (cinco) salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada. É importante analisar esse grupo mais sensível, pois é o que mais despende seu rendimento com consumo corrente.

2. METODOLOGIA

Será utilizada uma análise quantitativa, segundo Gil, que é feita a partir da análise de dados para observar os objetivos da pesquisa e chegar a uma conclusão. Os dados serão demonstrados atrás de tabelas ao longo da análise, procedente a redação do trabalho, esses dados são predefinidos a priori para simplificar o trabalho. A pesquisa desse trabalho é explicativa e visa sustentar uma hipótese, tem – se por característica o estabelecimento de relações entre variáveis. Gil diz que “embora definidas como descritivas com bases em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.”. É uma pesquisa que direciona para uma atuação prática e social.

Os índices são calculados para cada região e tem metodologia própria. A partir dos preços coletados mensalmente, na primeira etapa da síntese, obtêm-se estimativas de variação de preços referentes a cada produto em estudo. Tais estimativas são obtidas por meio do cálculo da média aritmética simples dos preços de localização na amostra de produtos, que, comparados com dois meses consecutivos, dão um valor relativo das médias. Ao agregar os valores relativos dos produtos por meio de uma média geométrica, calcula-se a variação de preço de cada subitem que constitui a menor agregação do índice que possui peso distinto. A partir daí, a fórmula de Laspeyres é aplicada, gerando todos os outros níveis de agregação de estrutura, subgrupo, grupo e, finalmente, itens de índice de região geral. Os índices nacionais INPC e IPCA são calculados com base nos resultados dos indicadores regionais, utilizando média aritmética ponderada.

3. ANALISE

Tabela 1 – Variação do IPCA e do Salário Mínimo anualmente

Ano	Salário Mínimo em R\$	Reajuste %	Inflação anual IPCA %
2022	1212	10,18	5,76
2021	1100	5,26	10,06
2020	1045	4,68	4,52
2019	998	4,61	4,31
2018	954	1,81	3,75
2017	937	6,48	2,95
2016	880	11,68	6,29
2015	788	8,84	10,67
2014	724	6,78	6,41
2013	678	9,0	5,91
2012	622	14,13	5,84

Fonte: IBGE (2023)

A partir dos dados desta pesquisa, vê-se que o IPCA é o dado usado como base para medir a inflação anual. Esse valor é mensalmente medido pelo IBGE. Assim pode-se verificar qual é a variação mensal dele em porcentagem e o quanto isso afeta o poder de compra do consumidor final. Além do IBGE, a Dieese faz a conta da cesta básica e assim temos o valor mensal da cesta em reais. Diz-se que o salário mínimo tem de crescer acima da inflação como foi do ano de 2021 para 2022 cresceu em 10%, em média, e foi de 1100 reais pra 1212 reais esse aumento não é tão real pois dados da Dieese mostram que o salário mínimo no Brasil é defasado. Cruzando os dados, a base do IPCA é com pessoa assalariada que quase entre 1 e 40 salários mínimo e a base da cesta da Dieese é no valor em reais de um grupo de alimentos que serviria para uma pessoa somente, dito isto, a Dieese mostra que baseando-se numa família média de 4 indivíduos, o valor da cesta básica é maior que 50% de um salário mínimo e não servia para uma casa de apenas um assalariado. Confirma-se assim a teoria de que os que mais sentem as variações de preços são os que ganham entre um a cinco salários mínimos, pois é visto que o IBGE mede não somente os gastos com alimentação é

visto que o brasileiro gastar como outros itens para tentar viver uma vida padrão e é visto também que cada brasileiro ou unidade familiar tem diferentes hábitos de consumo.

Tabela 2 – Variação media da cesta básica mais cara e o salário mínimo estipulado

Período 2022	Salário mínimo nominal	Valor da cesta mais cara do Brasil mensal	Salário mínimo necessário
Dezembro	R\$ 1.212,00	791,29	R\$ 6.647,63
Novembro	R\$ 1.212,00	782,68	R\$ 6.575,30
Outubro	R\$ 1.212,00	762,20	R\$ 6.458,86
Setembro	R\$ 1.212,00	750,74	R\$ 6.306,97
Agosto	R\$ 1.212,00	749,78	R\$ 6.298,91
Julho	R\$ 1.212,00	760,45	R\$ 6.388,55
Junho	R\$ 1.212,00	777,01	R\$ 6.527,67
Mai	R\$ 1.212,00	777,93	R\$ 6.535,40
Abril	R\$ 1.212,00	803,99	R\$ 6.754,33
Março	R\$ 1.212,00	761,19	R\$ 6.394,76
Fevereiro	R\$ 1.212,00	715,86	R\$ 6.012,18
Janeiro	R\$ 1.212,00	713,86	R\$ 5.997,14

Fonte: DIEESE (2023)

A Dieese faz o calculo de quanto deveria ser o salário mínimo mensal a partir da media da cesta básica mensal que o instituto pesquisa, percebe – se que o valor do salário mínimo brasileiro é totalmente defasado para que se possa sobreviver e pagar suas todas suas obrigações mensais, essas que aparecem da base do IPCA. Por exemplo, em dezembro de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 6.647,63, ou 5,48 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00.

Deve – se ter em consideração que o reajuste do valor nominal do salário mínimo é um assunto muito mais complexo do que somente analisar o ponto de vista da cesta básica. Como dito anteriormente, o teto mínimo de assistência pago pelo INSS é igual ao teto do salário mínimo, ou seja, um aumento da base salarial implica em aumentar as despesas do governo. Não só do governo, há de se pensar no ciclo completo, um empregador teria que investir muito mais capital para remunerar seus empregados, logo, um aumento sem estudos

de como pode – se melhorar o valor do salário mínimo, pode acarretar em consequências como desemprego e falência.

CONCLUSÃO

Este trabalho visou demonstrar que apesar de ter definições bem explicadas, o salário mínimo brasileiro está bastante defasado para o que foi inicialmente proposto. O reajuste anual tem sido feito conforme o recomendado, acima da inflação do ano anterior. Porém é visto que uma das cestas de consumo que fundamenta o índice IPCA, a cesta de alimentação e bebidas, tem uma alta variação mensal e abrange mais de 50% do valor em reais do salário, deixando assim que as outras necessidades básicas tenham menos recursos para serem cumpridas.

Baseando – se na hipótese inicial, conclui – se que é verdadeira a afirmação que o brasileiro consiga comprar uma cesta básica com um salário mínimo, porém não consegue cumprir com todas as suas responsabilidades mensais. Isto se dá pelo fato que a cesta básica ocupa valor referente a mais de 50% do valor do salário mínimo.

Assim sendo, é proposto que para aumento do bem estar da população, sejam desenvolvidos novos estudos com maior aprofundamento no cálculo de reajuste real ao salário mínimo, tendo por objetivo fazer – lo suficiente para que uma família (dois adultos e dois crianças) possa sustentar – se de modo confortável e digno a partir de um salário mínimo para suprir as necessidades básicas.

REFERÊNCIAS

Análise Cesta Básica. Dieese, 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022>>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2023

CAMPELO, Aloisio; BRAZ, Andre Furtado; LIMA, Taise Ferraz; AZEVEDO, Julia Cesar de. **A pressão da inflação da pandemia sobre as famílias mais pobres.** Portal FGV. 2022. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/pressao-inflacao-pandemia-sobre-familias-mais-pobres>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

Biblioteca do IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023

Gil, Antonio Carlos, 1946 – **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 edição, São Paulo, editora Atlas, 2002

Economia brasileira contemporânea / Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandova Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. – 6. Ed. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007

ALÉM, Ana Cláudia Duarte de; GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil.** 5 edição revista e atualizada. Editora Campus.

Inflação, IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023

MALAR, João Pedro. **Inflação alta não é exclusividade do Brasil; veja situações nas maiores economias.** CNN Brasil. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/inflacao-alta-nao-e-exclusividade-do-brasil-veja-situacao-nas-maiores-economias/>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009

Ministério da Economia aumenta valor de salário mínimo para 2023. Gov.com, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/12/ministerio-da-economia-aumenta-valor-de-salario-minimo-para-2023>>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2023

Para compreender o INPC : um texto simplificado / IBGE, Coordenação de Índices de Preços. - 7. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 62 p. ISBN 978-85-240-4379-6 1. Índice Nacional de Preços ao Consumidor. I. IBGE. Coordenação de Índices de Preços.

Salário Mínimo em 2022. GLOBO, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/01/salario-minimo-em-2022-veja-o-valor-nacional-e-nos-estados.ghtml>>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2023.

Salário Mínimo, Pontotel, 2022. Disponível em: <<https://www.pontotel.com.br/salario-minimo/>>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2023